

## **AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR NA ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA NO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/ MT**

SOUSA, Francineide Oliveira de<sup>1</sup>  
francineide.af@hotmail.com  
ANGELICI, Rosangela Franchini<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo verificar as principais dificuldades encontradas pelos educadores para se trabalhar com alunos com deficiência visual. Para tanto, utilizaram-se métodos indutivo, monográfico e estatístico. A coleta de dados foi por meio da técnica de observação direta extensiva, com a aplicação de um questionário estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas. Ao final da pesquisa, pode-se perceber que a maior dificuldade dos educadores para trabalhar com os alunos deficientes visuais é a falta de material didático específico. Constatou-se que o professor utiliza metodologia diferenciada em sala de aula para os alunos deficientes visuais. Verificou-se, ainda, que o espaço físico da escola não está adaptado para a acessibilidade dos alunos deficientes visuais, provocando transtornos a estes e que os professores não estão em via de formação continuada para atender os alunos deficientes visuais, influenciando no processo de aprendizagem dos alunos. Portanto, a inclusão do aluno portador de necessidades especiais é um procedimento que envolve ingresso, permanência e sucesso, sendo que o sucesso envolve o rendimento escolar do aluno e sua interação social com a comunidade escolar.

**Palavras-chave:** Dificuldades. Inclusão. Deficiente Visual.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como tema as dificuldades do professor e aborda as principais dificuldades encontradas pelos educadores no processo de inclusão.

Atualmente a educação tem um grande desafio: transformar a exclusão em inclusão; para que os alunos considerados “normais” e ou com necessidades especiais possam ter direito à educação em sua totalidade, é imprescindível que a escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças e tornar possível a igualdade para todos.

Na Educação Inclusiva, a proposta é que não se retire a criança da classe comum e que, além disso, ela receba um atendimento elaborado, ou seja, de acordo com suas necessidades.

Para que haja uma inclusão satisfatória, a pessoa cega e a família deverão receber a ajuda necessária, com uma equipe organizada que deve envolver vários especialistas, tais

---

<sup>1</sup> Docente no curso de Pedagogia. Acadêmica do Curso de Especialização em Psicopedagogia da Faculdade de Alta Floresta – FAF, em Alta Floresta-MT.

<sup>2</sup> Orientadora. Profª Esp. em Educação Especial pela AJES, em Alta Floresta - MT.

como: oftalmologista, psicóloga, psicopedagoga, assistente social, professor itinerante e professores conscientes que favoreçam a inclusão.

O tema é relevante visto que faz-se necessário modificar a forma de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino, de desenvolver e aprimorar o educador.

A inclusão precisa ser pensada no processo de educação para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que gestores de escolas públicas e particulares se atualizem e reestruturem. Para responderem às necessidades de cada um de seus alunos.

Deste modo, levanta-se a seguinte problemática: quais as dificuldades encontradas pelos educadores para o ensino-aprendizagem dos alunos deficientes visuais? Para tanto, partiu-se da hipótese de que a maior dificuldade dos educadores para trabalhar com os alunos deficientes visuais é a falta de material didático específico. Como hipóteses secundárias, o professor utiliza a mesma metodologia em sala de aula para todos os alunos, gerando dificuldades de aprendizagem; o espaço físico da escola não está adaptado para a acessibilidade dos alunos deficientes visuais, provocando transtornos aos mesmos e os professores estão em via de formação continuada para atender os alunos deficientes visuais, contribuindo no seu processo de aprendizagem.

Enquanto objetivos, pretendeu-se identificar as principais dificuldades encontradas pelos educadores para se trabalhar com alunos com deficiência visual; averiguar se o professor utiliza metodologia diferenciada em sala de aula com os alunos com deficiência visual; investigar se, segundo os pesquisados, o espaço físico da escola está adaptado para a acessibilidade dos alunos deficientes visuais e verificar se os professores da escola pesquisada encontram-se capacitados para atender alunos deficientes visuais.

Espera-se que este trabalho aponte alguns enfoques que venham a contribuir para que os gestores e educadores de uma forma geral reflitam sobre suas práticas, de forma a garantir a todos os alunos com deficiência visual o direito de serem realmente incluídos nas salas de aula regulares.

## **2 EMBASAMENTO TEÓRICO**

Segundo o artigo 5º, *caput* da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade”. No entanto, na legislação as práticas sociais têm uma grande distância, vive-se numa sociedade que supervaloriza algumas formas em detrimento de outras.

Na sociedade em que “o perfeito”, “o belo”, “o normal” são definidos por padrões de grupos dominantes, os que não se enquadram em tais padrões ficam excluídos. São muitos os casos de exclusão existentes na sociedade e uma delas é a que acontece com pessoas com necessidades especiais.

Durante séculos na História da Humanidade, essas pessoas não tiveram oportunidade de se educar, vivendo, em regra, marginalizadas, socialmente, vítimas de preconceitos e discriminações generalizadas, sendo considerados, como afirma Lemos (2001, p. 10), “seres totalmente incapazes ao trabalho e à guerra”, “atividades essenciais de valorização do homem à época”.

Porter (2005) afirma que, na Idade Média, com o apogeu do Cristianismo, as pessoas com necessidades especiais passam a ser alvo de proteção, caridade e compaixão. Pois justifica-se a deficiência pela expiação de pecados ou como passaporte indispensável ao reino dos céus. Surgem, assim, as primeiras instituições asilares com encargo de dar assistência e proteção às pessoas deficientes.

Os tempos mudaram, apesar de descrenças, preconceitos e discriminações continuarem imperando, sobre as verdadeiras possibilidades de quem possui alguma necessidade especial o que certamente dificulta, não impedem a inclusão e as inúmeras conquistas alcançadas socialmente nas mais diferentes atividades da vida humana.

Assim, a educação para alunos especiais precisa ser de qualidade, não podendo ser feita de forma indiscriminada, ou seja, incluir por incluir. A pessoa com necessidades especiais precisa de uma boa educação para continuar lutando contra o preconceito e a discriminação que ainda sofre nos dias de hoje.

Para Porter (2005), na escola, o indivíduo passa a fazer parte do mundo do conhecimento e também a ser parte integrante de uma sociedade, onde será preparado para o futuro, ou seja, para o trabalho.

O trabalho é fundamental para que uma sociedade sobreviva e perpetue a espécie humana. Porter (2005) salienta que, quando os alunos com necessidades especiais passam a frequentar a escola, seus valores sociais ganham novas perspectivas e os estigmas relacionados à diversidade se transformam em respeito.

Atualmente é possível ensinar em uma educação mais inclusiva, baseada em processos participativos, constituindo ciclos de aprendizagem mantidos por um currículo multicultural de uma instituição é um sonho, cuja realização vem resolver o problema da

evasão e do fracasso escolar. Os problemas administrativos, muitas vezes, originam dificuldades que acabam sendo passadas ao aluno que se afasta da escola para evitar confrontos.

Deve-se atentar também para o fato de a escola estar inserida em um ambiente que está em constante transformação. Diferentes culturas, novas tecnologias, distintas pessoas estimulam a modificação dentro da escola. Portanto, a escola precisa estar sempre em sintonia com o ambiente externo, pronta para se adequar aos novos cenários.

De acordo com Fonseca (1997), ao entrar para a escola, o deficiente visual está em atraso com a aprendizagem da criança vidente pelo seu limitado contato com o mundo, pela falta de visão, embora isto seja passível de recuperação no que se refere à inteligência e aptidões para a aprendizagem.

Para Mazzotta (1992), apesar da incapacidade visual, os cegos têm condições assim, de estruturar conhecimentos dos mais simples aos mais complexos, pela utilização plena dos sentidos remanescentes, sem que isso implique numa compensação sensorial.

Parte daí a importância da escola na vida do deficiente visual. Segundo Mantoan (1999), a criança cega entregue somente ao grupo familiar provoca uma inadequada situação, onde muitas vezes, os deficientes visuais agem como se fossem deficientes mentais em virtude de privação cultural e de experiência de vida que geralmente e infelizmente ocorre.

Conforme Morin (1996), um dos grandes desafios para a educação inclusiva nestes tempos mutantes é a formação de professores. Hoje se fala muito em atualização, capacitação, formação permanente em serviço, quando não em treinamento de professores. Um dos grandes desafios é rever a concepção de conhecimento, romper os limites positivistas, concebendo o conhecimento como uma construção dinâmica, como um recurso a ser mobilizado para desenvolver competências que permitam aos indivíduos interferir na sua realidade, identificando e resolvendo os problemas e os desafios colocados pela vida social, de forma autônoma.

Assim, quando o conhecimento é associado ao contexto social, está se desvendando a realidade, respaldando-a para uma escola da vida dos tempos modernos. Nos novos paradigmas para a educação inclusiva, não basta criar espaços, oportunidades e tecnologias de formação de educadores. O grande desafio é descobrir a formação necessária para a inserção dos alunos com dificuldades de visão na educação.

Construir uma educação capaz de ligar os conhecimentos às práticas sociais,

orientada para a construção da cidadania, da autonomia e para a democracia, são aprendizados necessários aos educadores da atualidade.

A visão é uma parte fundamental da atuação total dos sentidos na manutenção do equilíbrio. Segundo Mazzotta (1992), a perda da visão afeta de 3 maneiras a mecânica do andar, perda do senso de justeza dos passos, diminuição do equilíbrio e deficiência dos reflexos de produção.

Mazzotta (1992), em seus estudos, assinala a importância dos dois componentes da mobilidade; a orientação mental e locomoção física. Orientação mental definida como habilidade do indivíduo para reconhecer seu meio ambiente e suas próprias relações temporais e espaciais, locomoções físicas como o movimento do organismo para ganhar o espaço por meio de seu mecanismo orgânico. De natureza diferente, ambas as funções são necessárias para mobilidade.

Tanto mobilidade quanto locomoção referem-se a movimento, por isso parecem sinônimos. No entanto, cada uma representa um conteúdo muito particular. Assim, a mobilidade refere-se à capacidade de movimento em resposta a estímulos internos ou externos, englobando a realização do movimento em todas as áreas do corpo, em equilíbrio estático ou dinâmico, enquanto a locomoção refere-se à capacidade do indivíduo mover-se sistemática e racionalmente de um lugar a outro.

O cego deve fazer uso de todos os sentidos no esforço da orientação, necessitando de um “mapa mental” para guiá-lo e também fazer uso de sua experiência para reconhecer situações de seu ambiente, “da memória muscular” e do “sentido do tempo” gasto para realizar determinado percurso (BRASIL, 1982, p. 22).

O treinamento da mobilidade para o cego sob todas as condições, até o uso da bengala, constitui área de interesse dos educadores e técnicos em reabilitação, sendo parte essencial do ajustamento individual nesta deficiência.

Segundo Fonseca (1997), o deficiente visual de cegueira congênita, ou precoce, geralmente tem problema de postura, maneirismo, rigidez corporal, falta de coordenação no andar, movimentos corporais excessivos, inadequados ou mal dirigidos, ausência de expressões faciais. As pessoas com visão subnormal e de cegueira com resíduo visual são tipicamente relacionados com as características anteriores de acordo com a utilização do resíduo visual que possuem.

Nenhuma diferença existe, entretanto, sob o aspecto intelectual, entre os deficientes visuais e as pessoas dotadas de visão. Assim toda a potencialidade do deficiente visual pode vir à tona no desenvolver da capacitação do raciocínio, compreensão de conceitos abstratos,

percepção de fatos essenciais e discernimento de relações importantes através de uma igualdade de condição com a criança vidente, isto é, não limitando o seu contato com o mundo.

Ao entrar para a escola, o deficiente visual está em atraso com a aprendizagem da criança vidente pelo seu limitado contato com o mundo, pela falta de visão, embora isto seja passível de recuperação no que se refere à inteligência e aptidões para a aprendizagem.

A Educação Especial está amparada pela Constituição Federal de 1988, que prevê como dever do Estado o atendimento educacional especializado aos indivíduos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, cabe à escola e a seu gestor elaborar o projeto político pedagógico, que deverá prever cursos de capacitação de professores, assessorias e encontro da equipe pedagógica com professores ou instituições especializadas no processo ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais. Esse projeto pedagógico torna-se relevante para a comunidade visto que todos os alunos com problemas de aprendizagem seriam alvos das políticas de inclusão, e não somente os alunos com necessidades especiais.

E, segundo Fernandes (2005), pensando nessa sociedade preconceituosa, é que surge a pergunta: Será que, atualmente, os professores estão preparados para essa inclusão? Será que estes professores estão tendo apoio técnico nas escolas que já adotaram a inclusão social desses alunos especiais? Será que realmente as escolas estão seguindo o que a Lei diz quanto a realizar esse tipo de inclusão, ou simplesmente deixam matricular estes alunos e o professor que procure se adequar a essa nova realidade?

Para Mittler (2000), o professor do ensino regular com alunos com necessidade educacionais especiais, devido ao seu despreparo, não pode desenvolver satisfatoriamente sua prática pedagógica estando desarticulado de uma rede de apoio especializada e o pouco recurso didático pedagógico e o salário insuficiente para cumprir as exigências sociais podem desencadear ainda sua baixa autoestima, refletindo negativamente em sua ação pedagógica.

Enfim, o direito de todos à educação inclusiva é, sem dúvida, uma tarefa difícil, mas perfeitamente possível. A formação do profissional em educação especial, no Brasil, é muito delicada, principalmente quando se trata do profissional que trabalhará no ensino regular. Segundo autores como Goffredo (1992), isso aconteceu porque a implantação da educação inclusiva tem encontrado limites e dificuldades, em virtude da falta de formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades educativas especiais, além da infraestrutura adequada e condições de materiais para o trabalho pedagógico junto às crianças com deficiência.

O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação especializada dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui em um sério problema na implantação de políticas nas quais o sistema educacional, muitas vezes, favorece e estimula a discriminação e a exclusão social.

Por isso, as formações ministradas nas universidades deveriam dar mais importância a esse assunto. Visto que, de acordo com Gotti (1998), a universidade, além de oferecer cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, também tem o dever de envolver-se e envolver os acadêmicos em pesquisa sobre o ensino. Não só aos alunos com necessidades especiais, mas, desenvolvendo métodos que facilitem a aprendizagem de todos os alunos, sejam eles especiais ou não. Portanto, o aluno com necessidades especiais deve cursar o ensino regular, porque é um cidadão com os mesmos direitos que outro aluno e porque ele necessita conhecer o ambiente social dos “normais” com quem ele conviverá sempre.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

#### **3.1 Área de Estudo**

O estudo foi realizado na escola estadual localizada na zona urbana, denominada Escola Estadual Rui Barbosa. A escola oferece atualmente o Ensino Fundamental organizado em ciclos de formação no período diurno e Educação de Jovens e Adultos - EJA no período noturno.

Conta também com sala de recursos no período matutino e vespertino, que atende alunos matriculados no ensino regular com necessidades especiais. Sua equipe de profissionais é formada por 28 professores graduados, 01 Secretária, 02 Técnicos administrativos, 01 Auxiliar de biblioteca, 05 Apoios Administrativos, 02 Merendeiras e 03 vigias.

#### **3.2 Metodologia**

O procedimento metodológico envolveu a pesquisa bibliográfica através de autores e suas obras para a obtenção de informações capazes de ajudar no desenvolvimento da pesquisa. É uma pesquisa de campo desenvolvida pelo método indutivo, que, de acordo com Lakatos (2006), partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas (conexão ascendente), ou seja,

fornece diversas informações sobre as dificuldades de inclusão do aluno deficiente visual no ensino regular.

A abordagem do problema utilizada foi a quantitativa que, conforme Ruiz (2006), se caracteriza pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas. A análise quantitativa mede em percentual sobre as dificuldades do professor no processo de inclusão.

Com relação aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, pois, segundo Vergara (2007), tem como finalidade primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, isto é, descreve as formas e metodologias adotadas para conhecer as dificuldades do professor no processo de inclusão.

O método de procedimento utilizado foi o monográfico, no qual foi realizado um estudo com dez professores, com a finalidade de obter generalizações. Para Vergara (2007), qualquer caso estudado em profundidade pode explicar outros ou todos os semelhantes. Este método detalha o objeto da pesquisa que é as dificuldades do professor no processo de inclusão, o qual poderá dar um direcionamento a futuras pesquisas. E o estatístico que, segundo Martins (2002), permite obter, de conjuntos complexos, representações simples e constata se essas verificações simplificadas têm relações entre si, ou seja, através dos dados em percentuais, pode-se medir a opinião dos pesquisados sobre o tema proposto.

Foi aplicada a técnica de observação direta extensiva, através de questionários, compostos por oito questões fechadas e três abertas, tendo como objetivo identificar as dificuldades de inclusão do aluno deficiente visual no ensino regular e, posteriormente, foi realizada a tabulação dos dados com os tratamentos estatísticos relacionados para um melhor entendimento das informações coletadas.

A pesquisa envolveu dez professores, com faixa etária de 18 e 50 anos, pertencentes à escola em estudo. Os questionários foram entregues aos pesquisados, no mês de março, contendo em anexo uma carta de apresentação com as informações sobre a pesquisa, bem como orientações sobre o preenchimento do questionário e o resguardo da identificação do pesquisado. Os questionários foram devolvidos no prazo estipulado.

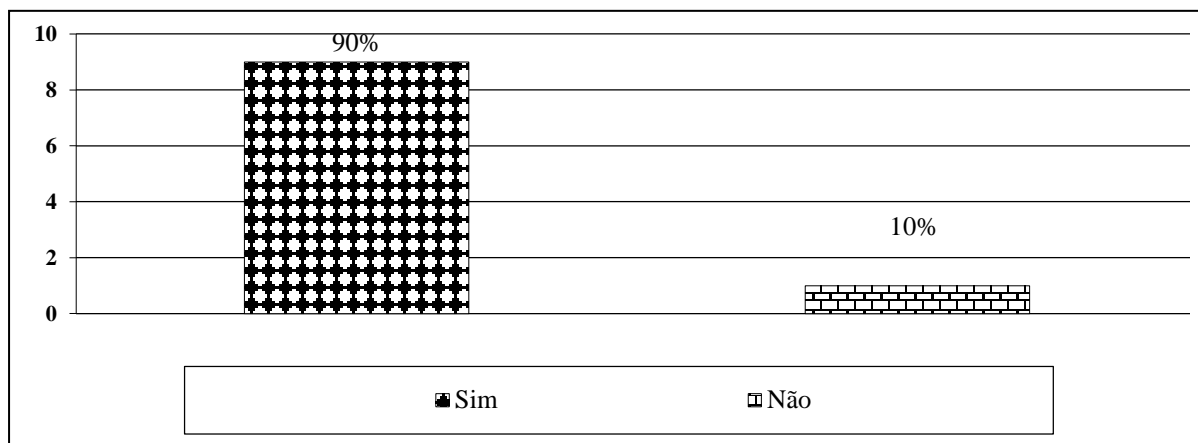
#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Participaram do estudo 10 pesquisados, sendo que 70% são do sexo feminino; 50% têm idade entre 32 a 39 anos; 60% trabalham na instituição entre 1 a 5 anos e 70% têm especialização como grau de formação.



O gráfico 1 mostra que 90% dos pesquisados utilizam metodologia diferenciada em sala de aula para os alunos deficientes visuais e 10% não.

Gráfico 1 - Metodologia diferenciada para os alunos deficientes visuais.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

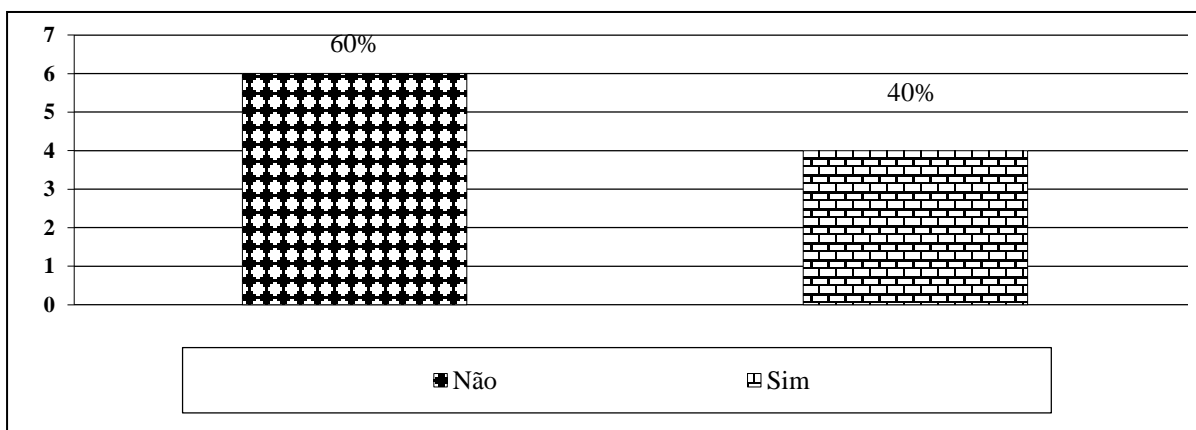
Não é utilizada sempre a mesma metodologia com os alunos deficientes visuais pois, para que ocorra o processo de inclusão, é necessário que haja algumas adaptações, já que o aluno não ficará apenas integrado ao sistema de ensino, mas também a todo processo de ensino aprendizagem.

Há necessidade de promover as adaptações curriculares, pois as diferenças, muitas vezes necessitam de respostas educativas adequadas. A utilização de adaptações curriculares, proporcionará a individualização do processo ensino-aprendizagem (RODRIGUES, 2013, p. 15).

Na escola, só existe inclusão, de fato, se o aluno tem aproveitamento do processo ensino-aprendizagem no seu rendimento escolar, não bastando a simples presença na sala de aula, pois, sem interação com o professor, sem aprendizagem, sem aquisição de conhecimento, sem ciência, sem cultura, não se pode falar em inclusão.

O gráfico 2 demonstra que 60% dos pesquisados declararam não estar capacitados para trabalharem com alunos deficientes visuais e 40% responderam que estão capacitados.

Gráfico 2 - Capacitado para trabalhar com alunos deficientes visuais.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

Percebe-se que a escola e os professores não estão totalmente preparados para desenvolver o aprendizado de crianças com necessidades especiais, visto que formação pedagógica não oferece formação especializada e qualificada para tal prática, principalmente em se tratando de deficiência visual.

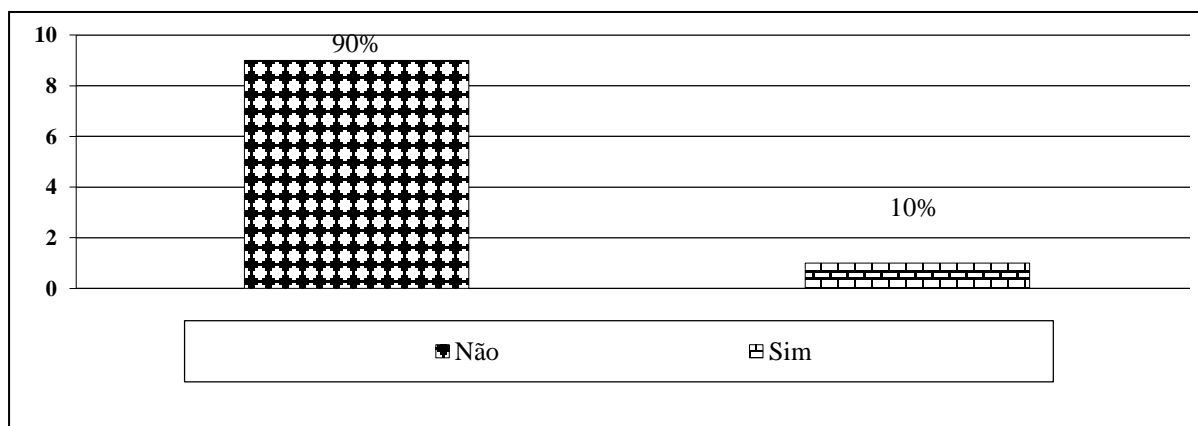
Dentro da comunidade escolar o desconhecimento e o despreparo dos profissionais quanto as necessidade educacionais especiais do aluno, favorece e acentua os preconceitos, mitos, tabus e rejeição a este aluno. A escola também socializa os alunos não somente através daquilo que ensina no currículo explícito, mas muito no que é transmitido no currículo oculto (RODRIGUES, 2013, p. 16).

A formação dos professores é apontada como um elemento-chave para a melhoria da educação. Trata-se de repensar o sistema educativo como um todo, de se atrever a ensaiar outras formas de entender os contextos nos quais se ensina e se aprende.

Mesmo os cursos de capacitação fornecem aos professores uma teoria distante da prática escolar e a grande maioria deles estão preparados somente para trabalhar com turmas homogêneas, onde os alunos apresentam facilidade de aprendizagem. Não se sentem aptos para atender as diferenças individuais.

O gráfico 3 mostra que 90% dos pesquisados responderam que o espaço físico da escola não está adaptado para a acessibilidade dos alunos deficientes visuais e 10% afirmaram que está adaptado.

Gráfico 3 - Espaço físico da escola está adaptado para a acessibilidade.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

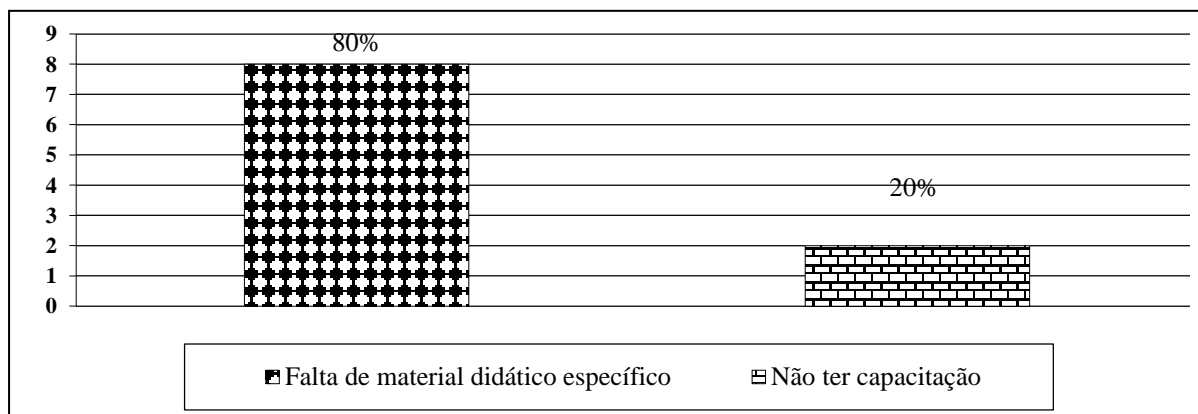
A deficiência visual em qualquer grau compromete a capacidade da pessoa de se orientar e de se movimentar no espaço com segurança e independência. Um declive, mudança de piso, saliência numa parede, podem ajudar um cego a identificar um determinado local.

[...] o desenvolvimento do deficiente visual pode ser prejudicado pela falta de programas próprios e currículos adaptados à ação educativa específica, pela falta de métodos e recursos didáticos especiais, pela ausência de acessibilidade no espaço escolar e pela não utilização de equipamentos e materiais especializados. (LEMOS, 2001, p. 57).

Assim, as barreiras para a acessibilidade física impedem o acesso, o ingresso e a permanência com sucesso dos alunos nas escolas constituindo barreiras para a aprendizagem, somando-se a isto a organização no atual modelo que tem dificultado o atendimento individualizado com relação às necessidades de cada um.

O gráfico 4 mostra que 80% dos pesquisados responderam que a maior dificuldade para trabalhar com alunos deficientes visuais é a falta de material didático específico e 20% afirmaram que é não ter capacitação.

Gráfico 4 - Maior dificuldade para trabalhar com alunos deficientes visuais.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

Sabe-se que a insuficiência de material didático-pedagógico limita o avanço na construção do processo ensino-aprendizagem.

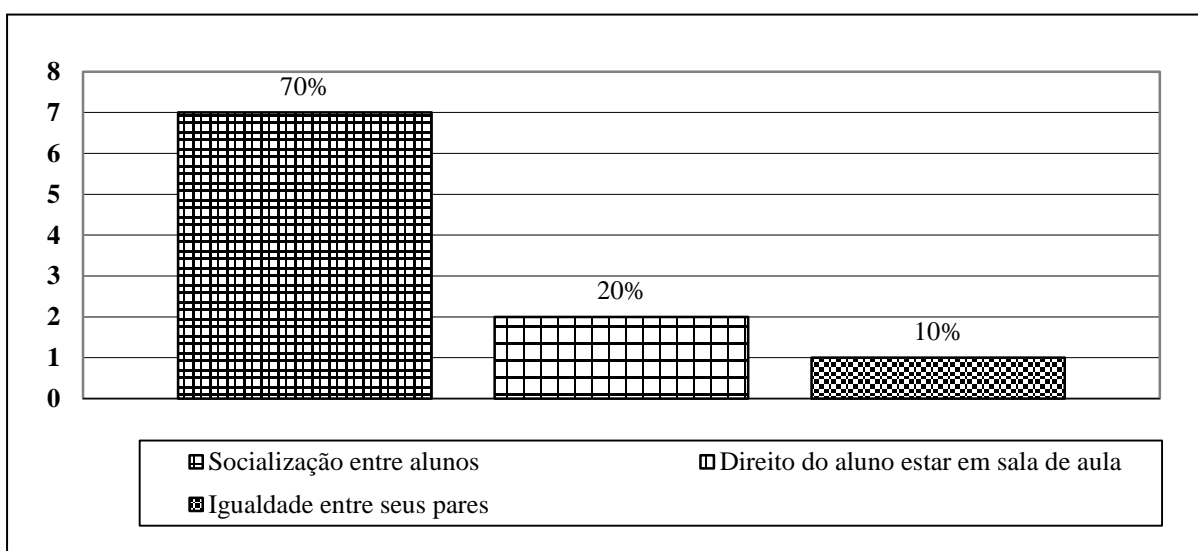
O processo de inclusão na escola comum é plenamente possível desde que, sejam oferecidos as condições fundamentais para o processo educativo, com recursos humanos e materiais especializados, principalmente, nos primeiros anos de escolaridade. (LEMOS, 2001, p. 59).

Faz-se necessário o uso de materiais concretos, sobretudo na fase de elaboração de imagens mentais que constituirão os elementos organizadores dos pensadores.

Assim, a ação do professor, tanto no que se refere ao seu planejamento, como a sua atuação efetiva na vivência de sala de aula, é determinada pelo seu jeito de pensar a vida, pela sua visão de mundo, pela leitura que faz da sociedade, da educação, do ensino, do seu papel no trabalho, de si mesmo enquanto cidadão, de seu compromisso com o aluno, da relação professor/aluno.

O gráfico 5 demonstra que 70% dos pesquisados responderam que o ponto positivo da inclusão de deficientes visuais no ensino regular é a socialização entre os alunos; 20% afirmaram que é o direito do aluno estar em sala de aula e 10% disseram que é a igualdade entre seus pares.

Gráfico 5 – Ponto positivo.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

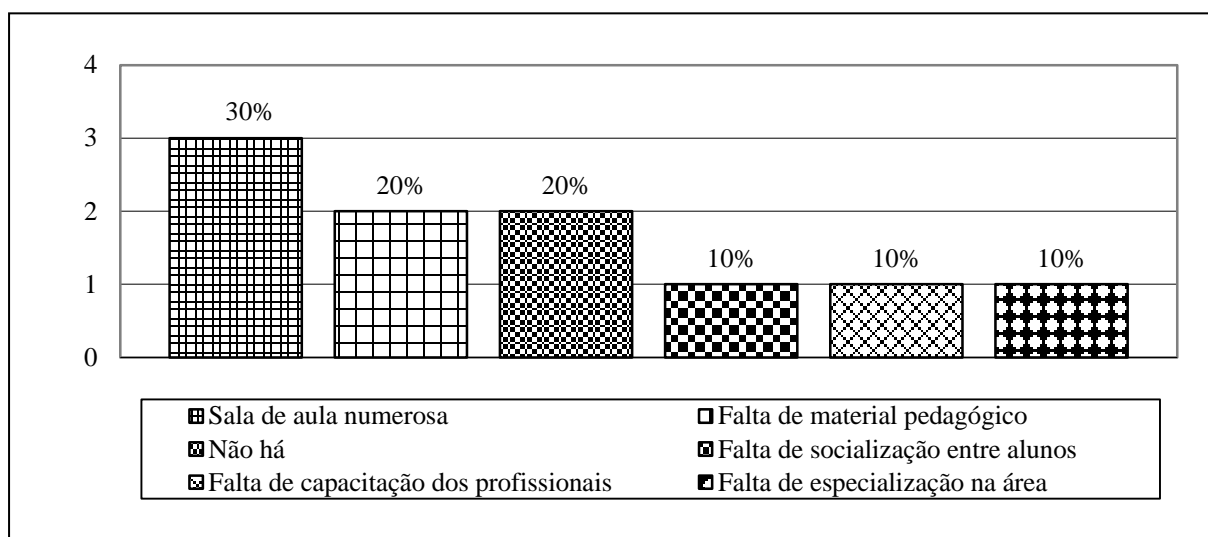
Uma educação comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente deve promover o convívio com a diversidade. Para Aranha (2006, p. 68), “a escola regular será para ele um estímulo para a aquisição de

comportamentos, atitudes e habilidades semelhantes ao dos “videntes”, mais socialmente aceitos”.

O papel da escola no processo de inclusão é acolher a todos com igualdade e o processo de inclusão é encaminhar os que necessitam à sala de recursos, com professores com formação continuada e cursos.

O gráfico 6 mostra que 30% dos pesquisados responderam que o ponto negativo da inclusão de deficientes visuais no ensino regular é a sala de aula numerosa; 20% afirmaram que é a falta de material pedagógico; 20% responderam que não há ponto negativo; 10% disseram que é a falta de socialização entre alunos; 10% afirmaram que é a falta de capacitação dos profissionais e 10% disseram que é a falta de especialização na área.

Gráfico 6 - Ponto negativo.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

Sabe-se que incluir é necessário, mas não adianta incluir por incluir. Segundo Rabelo (1999, p. 20):

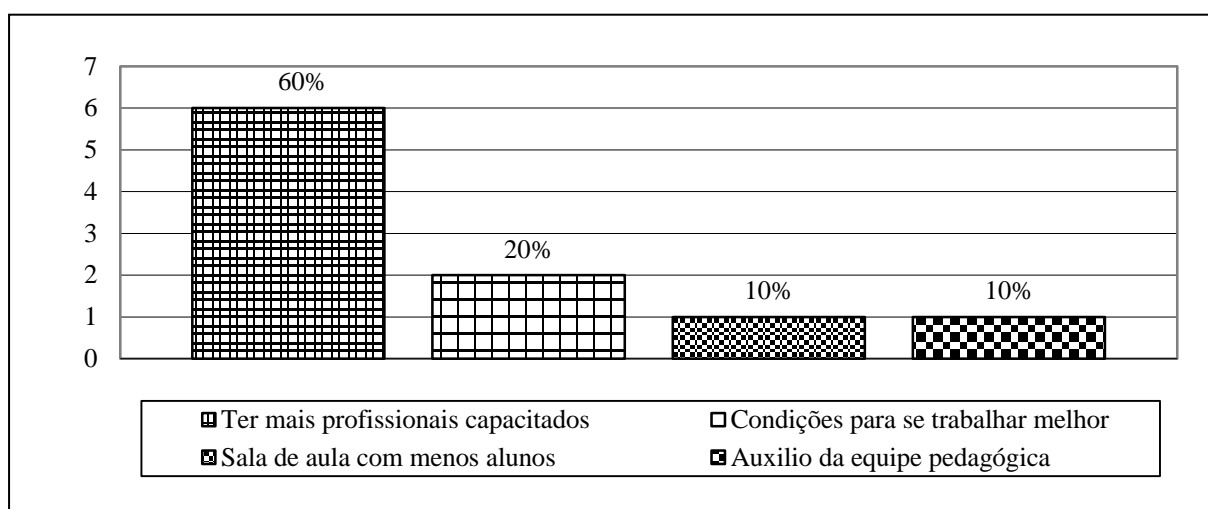
Hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

O atendimento educacional na escola comum pode por vezes não contribuir, em nada, para a socialização do aluno cego, reforçando inclusive preconceitos e opiniões de descrença a seu respeito, quando ele apresenta baixo rendimento escolar na aprendizagem, seja por limitações intelectuais próprias, seja pela má qualidade de ensino, ministrado por professores

não habilitados, convenientemente, ou por falta de recursos didáticos apropriados e materiais especializados. Outra questão a salientar é o grande número de alunos em sala de aula, que dificulta o trabalho individualizado do professor, no atendimento à necessidade dos mesmos.

O gráfico 7 demonstra que 60% dos pesquisados sugeriram para melhorar a inclusão de deficientes visuais no ensino regular haver mais professores capacitados; 20% sugeriram condições para se trabalhar melhor; 10% deram, como sugestão, sala de aula com menos alunos e 10% sugeriram auxílio da equipe pedagógica.

Gráfico 7 - Sugestão para melhorar a inclusão.



Fonte: Elaborado pela Autora a partir de dados obtidos na pesquisa.

A falta de preparo em ensinar um aluno com deficiência visual, bem como a precariedade de material didático para tal ensino são os grandes problemas da inclusão nesta escola.

[...] o desenvolvimento do deficiente visual pode ser prejudicado pela falta de programas próprios e currículos adaptados à ação educativa específica, pela falta de métodos e recursos didáticos especiais e pela não utilização de equipamentos e materiais especializados. (LEMOS, 2001, p. 57).

Percebe-se que o problema enfrentado pelos professores é a insegurança frente ao novo, pois influi na sua prática pedagógica em sala de aula, quando se depara com as necessidades educacionais especiais, dificultando o planejamento de suas aulas, não sabendo manejar eficazmente as diferenças e outras demandas que possam vir a ser apresentadas na educação inclusiva.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo possibilitou a reflexão sobre a necessidade de se abordar o tema inclusão do deficiente visual como um dos novos paradigmas da educação brasileira, legalmente amparado pela Lei nº 9394/96, o qual delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos.

Conforme resultados da pesquisa, atingiram-se os objetivos propostos, visto que, para os pesquisados, a maior dificuldade dos educadores para trabalhar com os alunos deficientes visuais é a falta de material didático específico. Constatou-se que o professor utiliza metodologia diferenciada em sala de aula para os alunos deficientes visuais. Verificou-se, ainda, que o espaço físico da escola não está adaptado para a acessibilidade dos alunos deficientes visuais, provocando transtornos aos mesmos e que os professores não estão em via de formação continuada para atender os alunos deficientes visuais, influenciando no processo de aprendizagem dos alunos.

Percebeu-se, também, que inclusão é um pretexto para que a educação se atualize, para que os professores aperfeiçoem as suas práticas e para que gestores de escolas públicas e particulares se obriguem a um esforço de atualização e de reestruturação de suas condições atuais a fim de responderem às necessidades de cada um de seus alunos.

Assim, espera-se que este estudo tenha evidenciado dados referentes à complexidade do tema inclusão para auxiliar no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento dos alunos com deficiência visual.

### **DIFFICULTIES ENCOUNTERED BY TEACHERS IN THE PROCESS OF INCLUSION OF DISABLED STUDENT IN THE VISUAL EDUCATION WONTED**

#### **ABSTRACT**

The present study aimed to verify the main difficulties encountered by educators to work with students with visual impairments. For this, we used inductive methods, and statistical monograph. Data collection was through extensive direct observation technique, by applying a structured questionnaire containing open and closed questions. At the end of the survey, we can see that the greatest difficulty for educators to work with visually impaired students is the lack of specific courseware. It was found that the teacher uses different methodology in the classroom for visually impaired students. It was also found that the physical space of the school is not adapted for accessibility for visually impaired students, causing inconvenience to them and that teachers are not on track to meet the continuing education for visually impaired students, influencing the learning process of students .

Therefore, the inclusion of students with special needs is a procedure that involves entry, stay and succeed, and that success involves the student's academic performance and their social interaction with the school community.

**Keywords:** Difficulties. Inclusion. Visually Impaired.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília, MEC, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Proposta curricular para deficientes visuais para o professor**. Vol. 4, Brasília: Centro Nacional de Educação Especial, 1982.

FERNANDES, E. M. **Da educação segregada à educação inclusiva**: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

FONSECA, Victor. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOFFREDO, V. **Integração ou segregação?** O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Integração, 1992.

GOTTI, M. O. **Integração e inclusão**: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Londrina: UEL, 1998.

LAKATOS, Eva. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMO, E. R. **Educação de excepcionais**. Evolução Histórica e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1992.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORIN, Edgar. **Complexidade e ética da solidariedade**. Conferência, Rio de Janeiro: out. 1996.

PORTER, G. Organização *das escolas*: conseguir acesso e qualidade através da inclusão. In: AISNCOW, M.; PORTER, G.; WANG, M. (orgs.) **Caminhos para escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Cultural, 2005.



RABELO, A. S. Adaptação Curricular na Inclusão. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1999.

RODRIGUES, Maria do Socorro Lima. **Educação especial em Pernambuco, com especial referência à Apae-Tamarineira**. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br>>. Acesso em: 25 de mar 2013.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.